

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Acesso e democratização do ensino superior. Quando jovens de origem popular contrariam destinos sociais.

Ana Maria Freitas Teixeira.

Cita:

Ana Maria Freitas Teixeira (2009). *Acesso e democratização do ensino superior. Quando jovens de origem popular contrariam destinos sociais.* XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1986>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/evbW/oy7>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Acesso e democratização do ensino superior

Quando jovens de origem popular contrariam destinos sociais

Ana Maria Freitas TEIXEIRA¹

Introdução

A demanda por mão-de-obra mais escolarizada e mais qualificada é uma das exigências da economia mundial que, desde fins da década de 1980, é regida pelo neoliberalismo. Outros fatores considerados pelos estudiosos, como a redução do papel do Estado nas áreas sociais (a educação é um exemplo), a reestruturação do trabalho, o desemprego estrutural e o aumento do emprego informal vieram afetar dramaticamente a juventude dos setores mais empobrecidos da sociedade. Certamente, os reflexos produzidos a partir da articulação desses fatores mostram-se mais perversos nos países de economia periférica tal como é o caso do Brasil.

Um quadro assim configurado coloca o centro do debate a questão da educação alvo privilegiado da lógica neoliberal que, em seu movimento, vai deslocando-a da esfera da política pública para o domínio da assistência, da filantropia e/ou, sobretudo, como estratégia para atenuar a pobreza.

O conjunto de questões indicado acima está intimamente relacionado às transformações recentes que marcam a sociedade contemporânea tanto na esfera social, como na política e

¹ Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Paris 8. Professora Adjunta da Universidade Federal de Sergipe (Departamento de Educação). Professora do quadro permanente do Núcleo de Pós-Graduação em Educação (NPGED). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Educação e Contemporaneidade (EDUCON/NPGED). E-mail: a.f.teixeira@terra.com.br

educacional. Em contrapartida amplia-se a demanda por mão-de-obra escolarizada e qualificada. Essas questões, tal como aponta Castel (1999), marcam a transição entre os séculos XX e XXI.

Essa combinação de elementos atinge diretamente a população jovem e mais violentamente aqueles oriundos das camadas populares. No país, os jovens representam um contingente significativo, aproximadamente 34.081.330 de pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos (IBGE, 2000). No entanto, mais de três décadas distanciam o Brasil dos países ricos no que tange a políticas públicas destinadas a este segmento.

Nesse cenário contemporâneo os estudos investigativos na área da inserção socioeducacional de jovens, sem perder de vista o caráter múltiplo e dinâmico da noção de juventude em sua interface com outras categorias de análise (classe social, gênero, etnia, urbano-rural, global-regional-local), refletem, com propriedade, as conjunturas históricas e sociais tal como é o caso dos anos 1990, marcados pelo aprofundamento da crise econômica, pela precariedade e instabilidade do emprego, o que trará impactos significativos e duradouros sobre esta população (Dubar, 1999).

À luz dessas considerações, a educação é fator estratégico na inserção socioprofissional do jovem, tanto nos países ricos quanto pobres (Delors, 1996; Escot, 1999). No caso brasileiro, o aprofundamento do caráter dual do financiamento do sistema de ensino (público e privado) evidencia o fortalecimento do binômio educação pública / baixos padrões de qualidade. Tal fato acentua as desigualdades na formação dos jovens das camadas mais pobres da população (Charlot, 2000; Freire, 2002; Kuenzer, 2000).

A questão é complexa e suscita diferentes possibilidades de análise em que convergem desigualdade social, origem de classe e discriminação étnica. Esse quadro expõe os elementos de “tensão e descontinuidade” que caracterizam o percurso escolar da maioria dos jovens das classes desfavorecidas continuamente submetidos à experiência do “eterno retorno” à escola, ou simplesmente a exclusão do sistema público de educação (Sposito, 1994).

Nesse cenário contemporâneo os estudos investigativos na área da inserção socioeducacional de jovens, sem perder de vista o caráter múltiplo e dinâmico da noção de juventude em sua interface com outras categorias de análise (classe social, gênero, etnia, urbano-rural, global-regional-local), refletem, com propriedade, as conjunturas históricas e sociais tal como é o caso dos anos 1980 e 1990, marcados pelo aprofundamento da crise econômica, pela precariedade e instabilidade do emprego, o que trará impactos significativos e duradouros sobre esta população (Dubar, 1999).

É nesse contexto que se retoma a discussão sobre a definição de juventude. Quanto a isso a literatura internacional (BOURDIEU, 1980; BOURDON, 2001; GALLAND, 1991) e nacional

(SPÓSITO, 1994, 2000) esclarecem o sentido de “indeterminação” nesta fase de transição. Tal passagem, não “automática” para a “vida adulta”, está relacionada à precariedade das relações de trabalho e à instabilidade do emprego, sobretudo a partir dos anos 1980. Além disso, vale observar que a condição juvenil é vivenciada de formas distintas em função de diferentes fatores: níveis de renda, origem social, desigualdades entre campo e cidade, entre regiões, países, continentes, etc., tal como assinala Novaes (2002)

Por outro lado, na realidade brasileira, a imprecisão do conceito de juventude pode ser demonstrada pelo paradoxo registrado por Spósito (2000). De um lado a inserção precoce no mercado de trabalho em busca do acesso aos bens de consumo, fator decisivo na integração do jovem em seu grupo social e/ou ainda, de maneira significativa nos setores mais empobrecidos da sociedade, frente à necessidade de contribuir no orçamento familiar; e, de outro, o prolongamento da faixa etária para 29 anos, frente ao adiamento da inserção no mundo do trabalho.

Entretanto, em que pesem todas as adversidades, as pesquisas têm observado a presença de jovens de camadas populares no ensino superior. Essa presença tem suscitado indagações que buscam compreender quais os caminhos percorridos por esses jovens para, superando os obstáculos já conhecidos e que comumente condena-os a uma curta escolarização em geral permeada pelo “fracasso escolar”, ultrapassarem as barreiras existentes quanto ao acesso à universidade e, sobretudo à universidade pública. Tais barreiras são amplificadas quando se observa que esses jovens são majoritariamente egressos da rede pública de ensino.

Dentro desse quadro observamos aspectos relativos às políticas de acesso ao sistema de ensino superior e, no enfoque empírico focamos a mobilização desses jovens estudantes em torno do prolongamento de sua escolaridade face à antiga, mas sempre atual, problemática das desigualdades educacionais.

O fenômeno do prolongamento da escolaridade de jovens de camadas populares incluindo o ensino superior tem trazido esses personagens para o centro das investigações sociológicas da educação. Nesse movimento de renovação da pesquisa observamos que as análises têm se deslocado das grandes determinações estruturais em direção a um olhar mais atento sobre os processos sociais mais amplos que envolvem a relação escola e a família, escola e condição de gênero, escola e inserção socioprofissional. Não obstante essa alteração no enfoque, claramente delineado na literatura sobre “juventude e escolarização”, os estudos continuam a privilegiar a relação com a instituição escolar.

Nessa lógica de valorização do aspecto institucional o jovem estudante aparece mais como fonte para conhecer essa instituição e menos como sujeito político-cultural que participa, estrutura e sofre as determinações da vida universitária, que, por sua vez, será impactada pelas disposições e

orientações que esse jovem constrói em outros tempos-espços de sua trajetória social e pessoal (CARRANO, 2002, p. 150).

É nessa perspectiva que o presente artigo se insere ao apresentar resultados preliminares de projeto de pesquisa realizada junto a estudantes de diferentes cursos de graduação oferecidos por uma das universidades públicas localizadas na região Nordeste, doravante identificada como 'X'². Desse modo, nosso trabalho deve ser tomado no âmbito dos estudos que se interessam em aprofundar as análises sobre o acesso e a trajetória de setores originários das camadas populares que ingressam na universidade pública brasileira, sobretudo os jovens egressos do ensino médio público, procurando desvendar as estratégias integradoras (ZAGO, 2006) que possibilitam a esses jovens romper com seu "destino" (TERRAIL, 1990) e descreverem trajetórias que poderiam ser identificadas como de "êxito escolar". É nesse quadro de questionamentos que nos apoiamos para a interpretação de parte dos achados de nossa pesquisa buscando analisar a narrativa desses jovens universitários.

Construindo um panorama geral da questão

Nas últimas décadas temos observado a ampliação das exigências por uma maior e melhor escolarização sem que esses padrões impliquem necessariamente na garantia de inserção, ascensão e estabilidade socioprofissional. Simultânea e contraditoriamente, aprofundam-se as desigualdades de escolarização entre as classes sociais (Van Zanten, 1999, apud, ZAGO, 2006).

A combinação desses elementos impõe um vasto conjunto de desafios à sociedade atingindo diretamente a população jovem que diante dessas tendências vê apenas crescer sua vulnerabilidade inerente. Dados da OIT (2005) indicam que, mundialmente, uma em cada cinco pessoas com idade entre 15 e 24 anos está desempregada, ou seja, 88 milhões de jovens, que representam mais de 40% do total de desempregados. Destes, 85% encontra-se em países em desenvolvimento como é o caso do Brasil.

Quando focalizamos o Nordeste a realidade mostra-se atemorizante. Concentra-se nessa região do país 31,9% dos jovens, cerca de 10,9 milhões. É no Nordeste também que se encontra a pior taxa de remuneração dos jovens de todo o Brasil: 94,1% ganham até meio salário mínimo. Apenas 21,2% dos jovens de 15 a 19 anos da região estão matriculados no ensino médio (LASSANCE, 2005). A realidade da Região Metropolitana pesquisada expressa a seriedade do problema: 21,7% da população entre 15 e 29 anos não estuda nem trabalha, ou seja, cerca de 114

² Optamos por preservar a identificação da instituição adotada como campo de pesquisa a fim de evitarmos qualquer forma de identificação de autoria, bem como pelo fato da investigação encontra-se em andamento.

mil jovens (CHARLOT, 2006). Além disso, apenas cerca de 6% (30.268 mil) dessa população tem ou teve acesso ao ensino superior (completo/incompleto/pós-graduação).

De fato o aprofundamento das desigualdades de escolarização, um dos reflexos da magnitude das desigualdades sociais tem suscitado novas pesquisas no campo das ciências da educação que enfocam, dentre outros aspectos, as alterações nas configurações escolares entre grupos sociais e no interior de um mesmo grupo.

Segundo as análises de Zago (2006), nesse contexto renovado das pesquisas, uma das tendências observada está diretamente vinculada à questão do jovem universitário de origem popular.

Um conjunto importante de estudos seja no Brasil ou no exterior (TERRAIL, 1990; VIANA, 1998; CHARLOT, 2008; PAIS, 2005; DAYRELL, 2007) tem sido produzido proporcionando a consolidação de um aporte teórico-metodológico em que o foco se direciona a análise dos casos que contraíam as tendências dominantes que predestinam as camadas populares ao chamado “fracasso escolar”. Um recorte analítico que tem ganhado visibilidade é aquele preocupado com a relação família-escola e a compreensão dos arranjos e estratégias (mais freqüentemente táticas) que permitem compreender como esses jovens rompem com seu “destino” e descrevem trajetórias que poderiam ser identificadas como exitosas. Esses estudos tendem a colocar em causa o que Sader e Paoli (1988) identificam como caracterização esquematizadora das camadas populares freqüentemente associadas a passividade e imediatismo.

Para Zaluar e Alvito (1999) bem como para Mariz, Fernandes e Batista (1996) são escassas as pesquisas em analisar como jovens contrariam o círculo vicioso da pobreza diante do automatismo do senso comum em que pobreza e escolaridade de curta duração são sinônimos. Entretanto, ainda que escassas as investigações tem revelado um número crescente de jovens que conseguem escapar desse círculo vicioso e chegar à universidade pública. Nessa direção Zago (2006) propõe a noção de estratégias integradoras para analisar os elementos que mobilizam esses jovens a resistir ao processo de exclusão que deixa fora do sistema de ensino superior um amplo contingente de jovens entre 18 e 24 anos³.

Contudo, apesar da expansão do ensino superior associado à difusão e aprofundamento do mercado educacional, resultando numa significativa ampliação do número de vagas, não parece ter reduzido as desigualdades entre grupos sociais⁴.

³ Nessa faixa etária apenas 9% dos jovens brasileiros estão incluídas no ensino superior (INEP, 2004).

⁴ Em 2004 o INEP registrava que 70% das matrículas no ensino superior estavam no setor privado. Por outro lado o estudo realizado por Pacheco e Ristoff (2004) aponta que 25% dos prováveis estudantes universitários não teriam condições de acesso ao ensino superior mesmo gratuito, dada a situação de carência.

Tal como nos sugere Bori e Durhan (2000), o fato é que as barreiras de acesso ao ensino superior público têm sido quebradas por um grupo de estudantes pobres que em suas trajetórias escolares ingressam e permanecem nas universidades públicas. O que favorece a alguns jovens fugir do “destino” de marginalidade e exclusão? Esse é um dos aspectos que nos interessa aprofundar.

É certo que não basta ter acesso ao ensino superior para que se configure o cenário de “sucesso escolar” o que implicaria numa volta ao que há de reducionismo nas teorias da reprodução em educação. Cabe, nesse contexto, colocar em causa a própria noção de sucesso escolar uma vez que ao acesso deve se suceder a permanência.

Por outro lado não nos parece possível permanecer numa perspectiva ingênua minimizando a força, mesmo que não determinante, que o lugar social ocupado por esses jovens imprime quanto aos limites e possibilidades de construir uma dada condição juvenil. A vivência dos jovens das camadas populares é difícil, e os desafios e obstáculos são relevantes, uma vivência em que se misturam resultados imediatos e projetos de futuro. Ademias, Sposito (2005) nos lembra que parcela significativa da juventude brasileira não pode ser caracterizada pela moratória em relação ao trabalho, tal como é freqüente nos países europeus.

Gozar do mínimo da condição de jovem para muitos brasileiros só é possível porque trabalham o que não significa, obrigatoriamente, o abandono da escola. Em que pese a forte influencia que o fato de trabalhar produz sobre o trajetória escolar a oposição entre os dois não dá conta da complexidade de relações estabelecidas entre estudar -trabalhar⁵.

Por outro lado parece-nos importante considerar as contribuições de Grignon e Gruel (1999) e Coulon (2005), ao salientarem que a designação “estudante” comporta uma relevante multiplicidade de situações o que pode tornar o termo, por vezes, insuficiente para recobrir a condição do estudante universitário. De acordo com esses autores nem todos os estudantes são estudantes de uma mesma forma e nem mesmo os estudos ocupam o mesmo lugar e relevância em suas vidas. Esse aspecto se evidencia ao constatarmos as condições de acesso, as lógicas adotadas para escolher o curso e para permanecer na universidade.

No esforço de nos aproximarmos daquilo que poderia traduzir o que significa “ser um estudante universitário” para um jovem de origem popular é necessário colocar algumas questões gerais referidas ao sistema de ensino superior no Brasil. Sobre esse aspecto o que chama atenção é, particularmente, a enorme disparidade entre vagas disponíveis e estudantes inscritos nos vestibulares das universidades públicas.

⁵ Sposito (2005) em pesquisa datada de 2004 sobre a juventude brasileira registrou que 36% dos jovens estudantes de 15 a 24 anos trabalhavam e 40% estavam desempregados, sendo que 76% deles estavam envolvidos, de alguma forma, com o mundo do trabalho.

Essa situação de disparidade parece se aprofundar ainda mais ao constatarmos a ampliação do ensino médio, a elevação do desemprego na população jovem e as mudanças no mundo do trabalho que contrastam de modo agudo com uma lógica dominante que insiste em relacionar, de forma automática, níveis mais elevados de educação com garantias de empregabilidade. É nesse contexto que Pochmann (1998, 2000) salienta que a certificação em nível médio passou a ocupar a condição de escolaridade mínima para postos de trabalho que anteriormente não antepunham esse tipo de pré-requisito. É provável que esse quadro geral tenha produzido acirramento na competição por uma vaga na universidade (pública) aprofundando a disparidade candidato/vaga na última década.

Em 2006 o total geral de vagas no ensino superior brasileiro foi de 2.629.598 para um total de 5.181.699 inscritos efetivando-se o ingresso de 1.448.509 estudantes. Desse total de vagas foi destinado ao ensino superior público um total de 331.105 vagas face a 2.350.184 inscritos nas seleções efetivando-se o ingresso de 297.407. Para o ensino superior privado foi destinado um total de 2.298.493 para um total de 2.831.515 inscritos efetivando o ingresso de 1.151.102 estudantes. (MEC /SINAES, 2006). De fato a expansão quantitativa do ensino superior está apoiada, sobretudo, no fortalecimento do setor privado. Apesar do crescimento da rede privada o ensino superior público é o mais demandado pela população, seja pela gratuidade seja pela referência de qualidade.

Frente à elevada competitividade por uma vaga na universidade pública, o acesso ao ensino superior nestas instituições representa um grande desafio.

Vejamos. Para o Estado em que realizamos a pesquisa, em 2006, foram disponibilizadas 15.692 vagas para 40.215 inscritos efetivando-se 12.327 ingressos. Do conjunto dessas vagas foi destinada a única universidade pública existente nesse Estado, Universidade “X”, 2.915 vagas para 24.383 inscritos tendo 2.927 ingressos. Por outro lado, para o ensino superior privado foram oferecidas 6.480 para 7.320 de inscritos tendo 5.123 ingressos. Portanto, apenas aproximadamente 31% do total de vagas foram atribuídas a Universidade “X” enquanto as universidades privadas abocanharam cerca de 69% do total de vagas para o Estado (MEC /SINAES, 2006). Isso significa dizer que no Estado 88% dos inscritos foram excluídos do processo no ano de 2006 numa relação candidato/vaga de 8,36.

Pesquisa recente realizada por Charlot (2008) sobre o vestibular 2006 na Universidade “X” aponta outros obstáculos. Analisando os dados relativos aos aprovados quanto ao setor de ensino (público/particular) e turno onde realizaram o ensino médio os dados apontam que enquanto 59,2 % dos candidatos são oriundos do ensino médio público apenas 42% dos aprovados provem desse mesmo setor. Em contrapartida 40,8% dos candidatos provem do ensino médio particular, mas

58% dos aprovados são oriundos do setor privado. Junte-se a isso o fato de apenas 11,6% dos aprovados terem cursado o ensino médio à noite.

Outro aspecto que nos chama atenção é a escolaridade dos pais de candidatos e aprovados: 54,7% dos pais e 52,6% das mães dos candidatos oriundos da escola pública têm ensino fundamental (completo ou incompleto). Já para os candidatos oriundos da escola particular 40,6% dos pais tem ensino médio (completo ou incompleto) enquanto 42,5% das mães têm ensino superior (completo ou incompleto). Quanto aos aprovados: 49,8 % dos pais e 47,6% das mães dos aprovados oriundos da escola pública têm ensino fundamental (completo ou incompleto). Já para os aprovados oriundos da escola particular 43,7% dos pais e 46,4% das mães tem ensino superior (completo ou incompleto) (CHARLOT, 2008).

Sobre o caminho dos jovens: contestando “destinos”

Nosso interesse com a pesquisa qualitativa foi conhecer a realidade social e escolar, assim como as trajetórias de acesso ao ensino superior dos estudantes originários de famílias de baixo poder aquisitivo e reduzido capital cultural, conforme já observamos. Debruçamos-nos aqui sobre a narrativa de 13 jovens estudantes que freqüentam diferentes cursos de graduação, narrativas essas produzidas entre 2008-2009.

Num perfil breve desses estudantes, ressaltamos: 6 são do sexo masculino e 7 do sexo feminino, a maior parte com idade entre 19 e 25 anos. Quanto ao nível de escolaridade dos pais predomina o ensino fundamental (completo/incompleto). Quanto a ocupação, entre os pais predominam ocupações ligadas a construção civil e outras na área de serviços com baixa remuneração. Já entre as mães há certo equilíbrio entre donas de casa e aquelas que dividem seu tempo entre as tarefas domésticas e ocupações simples que permitem algum complemento na renda tal como costura.

Do grupo de estudantes entrevistados, a grande maioria estudou apenas em escolas públicas e é recorrente entre eles que a passagem pelo ensino médio não tenha potencializado a inserção no ensino superior. Se o ensino médio é uma experiência complexa para qualquer jovem dado que coincide com um período de transições em várias dimensões individuais e sociais, ela parece ser mais difícil para esses jovens desafiados a enfrentar as várias lógicas de exclusão e, porque não dizer, o estereótipo de “estudante de escola pública”: aquele que não domina inteiramente conhecimentos básicos e que deve, portanto, se desdobrar para superar as fragilidades e lacunas existentes em sua formação escolar. A grande maioria dos jovens estudantes teve uma trajetória favorável no ensino fundamental e médio, principalmente se considerarmos que 7 deles nunca foram reprovados. Vejamos o que alguns dos estudantes relatam:

No Ensino Médio foi meio complicado, porque eu fiz pelo SOMEM que era Sistema Modular, então você estudava 3 meses, quer dizer 3 disciplinas em 3 meses, depois 3 meses já era outras três disciplinas e assim corria muito, muita coisa que não dava. Então, acho que o que marcou no Ensino Médio foi a dificuldade em tirar ele, né? Porque eu não tinha condições de me deslocar pra outra cidade, então, eu tive que fazer assim mesmo. (Estudante de Matemática)

O Médio eu fiz técnico. Fiz Magistério. Por imposição de minha mãe (...) Ele se torna muito técnico, você não vê nada para o vestibular, praticamente nada. Física, química, matemática, só o ensino direcionado à criança (...) Eu fiz o Pré-Vestibular do Governo (PRÉ-SEED). Foi o primeiro ano que eles ofertaram lá, em 2005. Eu demorei muito tempo para entrar na Faculdade, se tivesse entrado logo após de ter concluído o Ensino Médio, eu já teria me formado. Eu concluí o Ensino Médio com 18 (dezoito anos). Eu fui aquela aluna exemplar, que não reprovou, que não foi para recuperação, (risos) toda certinha. (Estudante de Letras)

Mesmo que a maioria dos entrevistados tenha tido “sucesso” em sua vida escolar na educação básica, os depoimentos fazem emergir elementos que evidenciam a seletividade no acesso e permanência na universidade. Ainda que saibamos que a conclusão do nível médio é o pré-requisito básico para ingressar no ensino superior, é inegável que no escopo de uma certificação como essa está uma gama amplíssima de percursos formativos, seja porque os estabelecimentos não são equivalentes seja porque os jovens também não o são.

A maioria dos estudantes trabalhou durante todo o ensino médio como forma de contribuir no orçamento familiar. Entre as jovens do sexo feminino a atividade de “dar banca”, “aulas de reforço” é bastante mencionada, mas chamou nossa atenção a busca das estudantes do sexo feminino por um tipo de ocupação mais estável e assim algumas delas potencializam o “investimento” da preparação para o vestibular na aprovação em concursos públicos cujo pré-requisito é o ensino médio completo. Os estudantes do sexo masculino, por sua vez, relatam com certa incidência o envolvimento com atividades que os próprios estudantes chamam de “bicos”.

⁶ A estudante se refere ao município de São Cristóvão, cerca de 30 Km da capital do Estado, onde está instalada o campus central da Universidade “X”..

E eu estava dando aula de reforço pra pessoas que iriam fazer o concurso. Então uma das dificuldades, foi assim, quando eu comecei a trabalhar no segundo período da Universidade⁷. Que eu tive... Meu Deus, E agora? Como é que vou estudar pra prova? Como é que eu vou fazer trabalho? (...) Então pra mim, foi um choque quando eu comecei também a trabalhar, no segundo período da Universidade. (Estudante de Pedagogia).

Eu trabalhei como recepcionista, balconista. Aí, fiz o concurso para a Prefeitura de São Cristóvão (em 2005, antes de ingressar na Universidade), de Agente de Saúde, estava desempregada, não tinha nada para fazer, aí eu fiz. Passei também, numa colocação muito boa, tem dois anos que eu estou trabalhando como Agente de Saúde. (Estudante de Letras)

Considerando esses ingredientes é difícil classificar como surpreendente que os entrevistados considerassem que dispunham de chances muito remotas de ingressar no ensino superior numa universidade pública conhecida pelos níveis de concorrência candidato/vaga, sobretudo quando se enfrenta falta de professores, dificuldade de acesso a livros e outros materiais pedagógicos, quando se trabalha e estuda, etc. Para tentar superar essas fragilidades formativas os estudantes buscam cursinhos pré-vestibulares preferencialmente gratuitos, como é o caso do curso preparatório para vestibular oferecido pela Secretaria de Educação, o PRÉ-SEED. De todo modo as possibilidades de acesso a uma formação suplementar na forma de cursos pré-vestibulares, cursos de línguas em paralelo ao ensino médio podem funcionar seja como via para reduzir as desigualdades seja para aprofundá-las.

Nesse panorama não é simples escolher um curso ou, dito de outra forma, até que ponto há realmente uma escolha por parte do jovem. Conforme Zago (2006), sob a ideia de “escolha” escondem-se várias nuances das diferenças e desigualdades sociais: capital cultural individual e familiar, a própria trajetória escolar do sujeito, a origem social. Assim, nos parece que antes mesmo da escolha por um curso está a decisão de fazer o vestibular uma vez que, para esses jovens, o caminho da universidade não se mostra como “caminho natural”, até mesmo porque a muitos deles falta informações mais precisas sobre o vestibular.

Desse modo há entre decidir prestar o vestibular e escolher um dos cursos um longo e árduo caminho a ser percorrido em meio a um grande investimento pessoal (e muitas vezes

⁷ A estudante se refere ao fato de ter sido aprovada no concurso público municipal para Agente de Endemias, pré-requisito exigido: ensino médio completo.

familiar) independentemente dos resultados escolares anteriores. É em meio a esse intenso investimento de si mesmo para conquistar o objetivo de ingressar na universidade que os estudantes revelam em seus depoimentos a arquitetura de um processo em que se encontram “sofrimento”, “sacrifício”, “prazer”, “conquista” e “orgulho”. Podemos sinalizar que “fazer uso de si mesmo” no caminho rumo a universidade é, senão a principal, uma das principais estratégias dos estudantes de origem popular (SCHWARTZ, 1987).

No processo que antecede o momento da escolha do curso universitário o balanço geral da trajetória socioescolar do jovem tem um peso considerável na tomada de decisão. As condições objetivas acabam prevalecendo ante o curso dos sonhos. Assim, os jovens buscam uma adaptação entre as condições objetivas e os sonhos. Mas esse mecanismo de adaptação será tanto mais abrangente, afastando o jovem do curso de seus sonhos, quanto mais frágeis e limitadas se mostrarem as relações entre as condições objetivas e os pré-requisitos exigidos para ser aprovado no curso dos sonhos (ser muito bom em química, em biologia, matemática, por exemplo).

Aí não tinha uma preparação para fazer o vestibular e isso fez com que eu adiasse durante muito tempo e ficasse totalmente indecisa o que fazer no vestibular. Tentei quatro vestibulares, passei no quarto....Tentei Administração, Ciências Contábeis, Economia e o último, foi esse que eu fiz Letras-Francês. (...). Aí, foi por essa questão de achar uma habilidade com português, e, aí quando eu disse: Eu vou fazer Letras, mesmo sem gostar muito de Literatura. Literatura não foi uma coisa muito boa na minha vida, mas eu vou fazer Letras. E francês por essa questão da concorrência. Depois de ter passado tanto tempo sem está preparada, eu fiquei com medo porque eu queria fazer Inglês. Eu vou fazer Inglês que eu gosto de inglês... vou fazer inglês. Tive uma professora muito boa no Ensino Fundamental de inglês, muito, muito boa mesmo, aí pronto.... Meu cunhado imprimiu a concorrência dos anos anteriores, para a área de Letras, eu disse é grande, é grande, essa é pequena, aí caiu Francês de pára-quedas, sem saber falar.
(Estudante de Letras)

Outra situação que encontramos junto a uma pequena proporção dos entrevistados foi o adiamento do sonho o que significou insistir prestando sucessivos vestibulares, situação que geralmente envolve cursos de maior concorrência.

O trabalho, a necessidade de continuar trabalhando durante o curso universitário é outro elemento que interfere na “escolha”. Tal contexto acaba por levar o jovem a pretender cursos noturnos ainda que eles tenham uma maior duração.

Nesse quadro geral, entrar na universidade significa para esses jovens uma “conquista”, uma “vitória” diante de inúmeros obstáculos, mas significa também que haverá muito trabalho pela frente:

É, digamos que foi o primeiro passo no alcance do objetivo que eu queria, queria me formar, de preferência na Universidade “X” pelo fato de também ser mais conceituado, e o outro fato é que era gratuito, então foi o primeiro objetivo, o primeiro passo que eu dei, primeira vitória que eu consegui. E aí tô batalhando até terminar a graduação. (Estudante de Informática)

Palavras finais

A análise do conjunto dos dados converge com outros estudos que apontam para progressiva presença de estudantes oriundos das camadas populares no ensino superior brasileiro. Autores como Bourdieu e Champagne (1993) e Terrail (1990) se debruçaram sobre essa questão. Bourdieu e Champagne (1993) observam como a democratização do ensino pode produzir novas formas de exclusão em que o processo de eliminação se diluiu permitindo que parcelas dos excluídos freqüentem as escolas, ao mesmo tempo em que se evidencia que ter acesso ao ensino superior não garante ter sucesso nele, bem como não é suficiente ter sucesso no ensino superior para aceder a certas posições sociais. Do mesmo modo Passeron (1991), vai destacar a complexidade da relação entre êxito e exclusão. Para ele uma mesma certificação acaba trazendo maiores vantagens para o diplomado das classes superiores uma vez que o capital social não se converte integralmente em capital escolar. Contudo, é inegável que a chegada de jovens de famílias populares está referida a noção de êxito, ao sucesso escolar. Trata-se segundo as contribuições de Terrail (1990) de certo tipo de êxito escolar vinculado a trajetórias trânsfugas que contradizem a herança cultural familiar.

É nesse panorama que as investigações sobre a crescente presença de jovens originários de famílias populares mostram-se relevantes, na medida em que melhor compreender as condições e circunstâncias que caracterizam a construção de trajetórias escolares que contrariam os destinos sociais podem contribuir para uma perspectiva renovada sobre processos de escolarização em diferentes meios sociais.

Referências

- BORI, C. ; DURHAM, E.R. *Equidade e heterogeneidade no ensino superior brasileiro*. Brasília :INEP, 2000. Disponível em <http://www.publicações.inep.gov.br/resultados.asp?subcat=24>. Acesso em 22 jan. 2009.
- BOURDIEU, P. La jeunesse n’est qu’un mot. In *Question de Sociologie*. Paris: Édition Minit, 1980.

- BOURDIEU, Pierre ; CHAMPAGNE, Patrick. Les exclus de l'interieur?. In : BOURDIEU, P. (Org.). *La Misère du Monde*. Paris. Seuil, 1993.
- BOURDON, S. Les jeunes de l'école à l'emploi: l'hiperactivité comme adaptation à la précarité au Québec. In: ROULLEAU-BERGER, L.; GAUTHIER, M. (Dir). *Les jeunes et l'emploi dans les villes d'Europe et d'Amerique du Nord*. Paris: Edition de l'Aube, 2001.
- CARRANO, P.C.R. Jovens universitários. In: SPOSITO, M.P. *Juventude e escolarização (1980-1998)*. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Rio de Janeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- CHARLOT, B. A relação ao saber e à escola dos alunos dos bairros populares. In: AZEVEDO, J. C; GENTILI, P.; KRUG, A.; SIMON, C. (Org.). *Utopia e Democracia na Educação Cidadã*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Secretaria Municipal de Educação, 2000. p. 245-257. VII Seminário Internacional de Reestruturação Curricular.
- CHARLOT, B. *Jovens de Sergipe: como são eles, como vivem, o que pensam*. Aracaju:Unesco, 2006.
- CHARLOT, B. *O vestibular de 2006 da Universidade federal de Sergipe*. Aracaju, 2008 (mimeo).
- COULON, A. Le Métier d'Étudiant. L'entrée dans la vie universitaire. Paris: Anthropos, 2005.
- DAYREL, J. A escola "faz" as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Educação & Sociedade*, v.28, n.100. Campinas, out. 2007.
- DELORS, J. (Org). *La educación encierra un tesoro*. Informe a la UNESCO de la Comisión Internacional sobre la educación para el siglo XXI. Madri: Santillana Ediciones UNESCO, 1996.
- DUBAR, C. Réflexions sociologiques sur la notion d'insertion. In: CHARLOT, B. e GLASMAN, D. (dir.). *Les jeunes, l'insertion, l'emploi*. Collection Essai&Recherches. 2. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- ESCOT C. *La culture scientifique et technologique dans l'éducation non formelle*. Paris: Éditions UNESCO, 1999.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- GALLAND, O. *Sociologie de la Jeunesse*. Paris : Armand Colin Éditeur, 1991.
- GRIGNON, C. e GRUEL. G. *La vie étudiante*. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- IBGE, Censo demográfico, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 fev.2009.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo de educação superior*. Brasília :INEP, 2004.
- KUENZER, Acacia Z. Educação cidadã, trabalho e desemprego: o possível como caminho para a utopia. In: AZEVEDO, J. C; GENTILI, P.; KRUG, A.; SIMON. C. (Orgs.). *Utopia e democracia na educação cidadã*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Secretaria Municipal de Educação, 2000. p. 353-368. VII Seminário Internacional de Reestruturação Curricular.
- LASSANCE, M.C.P. *A orientação profissional e a globalização da economia*. São Paulo:Cortez, 2005.
- MARIZ, C.; FERNANDES, S.R.; BATISTA, R. O univrsitario da favela. In: ZALUAR, A.;ALVITO, M. (orgs). *Um século de favela*. Rio de Janeiro :Ed.FGV, 1999.
- NOVAES, Regina. Juventude e Sociedade: Jogos de Espelhos. In: *Sociologia especial*, ano I, nº.2, 2002.

- OIT. Relatório da 93ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, 2005. Disponível em <<http://www.ilo.org/public/english/standards/relm/ilc/ilc93/pdf/guide.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2009.
- PACHECO, E.; RISTOFF, D.I. *Educação superior: democratizando o acesso*. Brasília: INEP, 2004.
- PAIS, J. M. *Ganchos Tachos e Biscates. 2ª edição, Porto: Âmbar, 2005*.
- PASSERON, Jean-Claude. O mapa e o observatório. Alguns problemas atuais da pesquisa em Sociologia da Educação. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 3, p. 69-88, 1991.
- POCHMANN, M. *A inserção ocupacional e o emprego dos jovens*. São Paulo : ABET, 1998.
- POCHMANN, M. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 1990. In: *Desemprego juvenil no Brasil: em busca de opções à luz de algumas experiências internacionais*. 2. ed. - Brasília : OIT, 2001.
- SADER, E. ; PAOLI, M.C. Sobre classes populares no pensamento sociológico brasileiro :notas de leitura sobre acontecimentos recentes. In: CARDOSO, R. *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- SCHWARTZ, Y. Travail et usage de soi. In: BERTRAND, M. (et alii.). *Je, Sur l'Individualité*. Paris, Messidor. 1987.
- SILVA, J. De S. *Por que uns e não outros? Caminhadas de jovens pobres para a universidade..* Rio de Janeiro: Sete Letras, 2003.
- SINEP/SINAES Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação., 2006. Disponível em <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/> . Acesso em out.2008.
- SPÓSITO, M. P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 5, n. 1- 2, p. 161–178, 1994.
- SPOSITO, M.P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude escola no Brasil. In: Abramo, H.; Branco, P.P.M. (Org.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005
- SPÓSITO. M. P. Juventude: crise, identidade e escola. In: _____. *Estudos sobre movimentos sociais, juventude e educação*. São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 2000. p. 144-193.
- TERRAIL, P. L'issue scolaire : de quelques histoires de transfuges. In : *Destins ouvriers: la fin d'une classe ?*. Paris :PUF, 1990.
- VAN ZANTEN, A. Saber global, saberes locais. Evoluções recentes d sociologia da educação na França e na Inglaterra. *Revista Brasileira de Educação*. N.12, 1999.
- VIANA, M.J.B. *Longevidade escolar em famílias de camadas populares: algumas condições de possibilidade*. 1998 (Tese de Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas gerais, Belo Horizonte, 1998.
- ZAGO, N. ; ANJOS, L.M. ; ANDRADE, J.M. Seletividade e acesso ao ensino superior públicos. In : Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Anais ANPED, 2002.
- ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior : percurso de estudantes universitários de camadas populares. *Revista Brasileira de Educação*. V.11, nº 32, maio/ago. 2006.
- ZALUAR, A. ;ALVITO, M. Introdução. In : _____. (orgs). *Um século de favela*. Rio de Janeiro :Ed.FGV, 1999.